

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST

Instituto Água e Terra

Número do Protoco 22.012.780-0

238304

01/06/2025

LICENÇA DE OPERAÇÃO (AMPLIAÇÃO)

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 22.012.780-0, concede LO - Licença de Operação nas condições e restrições abaixo especificadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR CPF/CNPJ

06.635.659/0001-09 MARGEM COMPANHIA DE MINERACAO

RG/Inscrição Estadual Logradouro e Número

Rua Januário Plaster Trannin, s/n, Vila Carumbé Bairro Município / UF CEP

Adrianópolis/PR 83.490-000 Distrito Industrial

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Porte Beneficiamento de minerais não metálicos Excepcional

Atividade Específica Produção de cimento

Coordenadas UTM (E-N) Logradouro e Número

704379.4 - 7270067.6 Rua Januario Plaster Trannin, 40

Bacia Hidrográfica Bairro Município / UF CEP Ribeira Vila Carumbe Adrianópolis/PR 83.490-000

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

3.1 MATÉRIA-PRIMA

ST INCLEMENT NINE	
Descrição	Quant./Dia
aditivo de moagem	1629.00 t
aditivo pozolanico rta	360.00 t
amônia	4.13 t
areia	144.00 t
argila	2640.00 t
bauxita	144.00 t
calcário	9600.00 t
cal hidratada	10.00 t
cinza	150.00 t
clinquer	4200.00 t
escória	150.00 t
farinha	8437.00 t
filito	30.00 t
filtro	2.74 t
gesso	250.00 t
minério ferro	180.00 t
pozolana	840.00 t

3.2 PRODUTO ELABORADO

Descrição	Quant./Dia
clínquer	4200.00 t
cp ii f 32	5760.00 t
cp ii f 40	4560.00 t
cp ii z	5760.00 t
cp v ari	3840.00 t
cp v ari supremo	5640.00 t

3.3 ÁGUA UTILIZADA

Origem Água	Tipo de Uso	Volume (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Corpo Hídrico	Humano e Empreendimento	90,00	11143/202	704112.59 - 7270229.2
Rada Pública	Humano	1.50		

3.4 EFLUENTES LÍQUIDOS

Origem Efluente	Forma Tratamento	Destino Final	Vazão (m³/hora)	N° Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Efluente de esgoto sanitário	ETE-P	Reuso no Processo	2,25		704198 - 7270224
Effuentes gerados no processo industrial	ΔΤ	Reuso no Processo	34 50		

3.5 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Ponto de Emissão	Coordonados UTM (F NI)	Limites de Emissão														
Ponto de Emissão	Coordenadas UTM (E-N)	MPT	MPI9	MPI-III	MPI-II	HF	SOx	02	MPI3	MPI2	MPI1	DF	NOx	Hcl	THC	SO2
Chaminé 1	704416.8 - 7270203.4	50,00 (88)														
Chaminé 2	704360.8 - 7270065.6	0,05 (1)	0,35 (6)	7,00 (6)	1,40 (6)	5,00 (6)	400 (6)	7,00 (1)	0,10 (6)	0,05 (6)	0,10 (6)	0,10 (7)	650 (1)	10,00 (4)	20,00 (1)	
Chaminé 3	704463.6 - 7270093.4	50,00 (88)														
Chaminé 4	704433.8 - 7270251.6	50,00 (88)														
Chaminé 5	704446.8 - 7270108.4	50,00 (88)														
Chaminé 6	704460.8 - 7270255.8	50,00 (88)														
Chaminé 7	704476.2 - 7270248.2	50,00 (88)			-											
Fonte Fugitiva																20,00 (4)
Frequência de Automonitoramento: 1 - Contínuo: 2 - Mensal: 3 - Rimestral: 4 - Trimestral: 5 - Quadrimestral: 6 - Semestral: 7 - Anual: 8 - Riaqual: 9 - Triaqual: 10 - Quadriaqual: 11 - Quinzenal: 88 - À Definir pelo IAP: 99																

3.6 RESÍDUOS SÓLIDOS

Código e Descrição	Quant./Dia	Destino Final
191211 - Borrachas	3,70 kg	Aterro Industrial Terceiros
191211 - Borrachas	4,63 kg	Aterro Industrial Terceiros
150101 - Embalagens de papel e cartão	21,50 kg	Reciclagem externa
150110 - Embalagens de qualquer um dos tipos acima descritos contendo ou contaminadas por	19,10 kg	Aterro Industrial Terceiros
200121 - Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista	1,71 unid	Reciclagem externa
200304 - Lodos de fossas sépticas	106,00 kg	Reutilização/reciclagem/recuperação internas
170201 - Madeira	121,00 kg	Coprocessamento em fornos de cimento
190809 - Misturas de gorduras e óleos, da separação óleo/água, contendo apenas óleos e	7,40	Aterro Industrial Terceiros
200301 - Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	2,04 kg	Aterro Industrial Terceiros
160603 - Pilhas contendo mercúrio	0,07 kg	Aterro Industrial Terceiros

Código e Descrição	Quant./Dia	Destino Final
170203 - Plástico	21,10 kg	Reciclagem externa
200135 - Produtos eletroeletrônicos e seus componentes fora de uso não abrangido em 20 01	5,56 kg	Reciclagem externa
180111 - Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não	0,02 kg	Aterro Industrial Terceiros
200108 - Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas	53,73 kg	Aterro Industrial Terceiros
161106 - Revestimentos de fornos e refratários provenientes de processos não metalúrgicos	227,33 kg	Aterro Industrial Terceiros
160117 - Sucatas metálicas ferrosas	121,00 kg	Reciclagem externa

Obs.: As informações das sessões 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

4. CONDICIONANTES

- 1. A presente Licença de Operação tem a validade acima especificada para a atividade de Produção de Cimento e contempla a ampliação:
- a. Aumento de duas câmaras no Resfriador e consequente deslocamento do Britador existente;
- b. Escavação de fosso sob o prédio existente para a Instalação de um Arrastador de Clínquer secundário;
- c. Aumento dos dutos do Calcinador existente na Torre de Ciclones;
- d. Ampliação da central de resíduos;
- e. Instalação de Estação de Tratamento de Água de Reuso.
- 2. A presente Licença de Operação (Ampliação) contempla a utilização dos combustíveis:
- a. Carvão mineral
- i. Consumo: 420,00 t/dia; 153.300 t/ano;
- ii. Utilização: combustível principal do forno de clínquer.
- b. Coque de petróleo (Nacional Importado)
- i. Consumo: 900,00 t/dia; 328.500 t/ano;
- ii. Utilização: combustível principal do forno de clínquer.
- c. Óleo diesel (S500)
- i. Consumo: 14,00 t/dia; 5.100 t/ano;
- ii. Utilização: Aquecimento para início de operação do forno de clínquer e moinho de cimento (após parada).
- d. Biomassa (cavaco de madeira)
- i. Consumo: 55,00 t/dia; 20.075 t/ano;
- ii. Combustível alternativo do forno de clínquer.
- e. Biomassa (serragem)
- i. Consumo: 55,00 t/dia; 20.075 t/ano;
- ii. Combustível alternativo do forno de clínquer.
- 3. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8, Inciso III da Resolução CONAMA nº 237/1997, Art. 3, Inciso VII da Resolução CEMA nº 107/2020 e Art. 3, Inciso V da Resolução CEMA nº 070/2009 e autoriza a operação do empreendimento e atividade, devendo ser observados, rigorosamente, durante a sua operação, todos os requisitos desta licença, bem como outros eventuais, constantes de fase anterior do licenciamento ambiental.
- 4. Esta Licença foi concedida com base nas informações constantes no SGA apresentadas pela requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal
- 5. A presente Licença, em conformidade com o que consta no Art. 19 da Resolução CONAMA nº 237/97, poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissões ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais de saúde.
- 6. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 Artigo 7º. § 2º.
- 7. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98 e seus decretos regulamentadores.
- 8. Os critérios adotados para emissão da presente Licença de Operação (Ampliação) poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.
- 9. As ampliações ou alterações nos processos de produção, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela RESOLUÇÃO CEMA Nº 107/2020, em seu Artigo 88, ensejarão novos licenciamentos, prévio, de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada. A alteração nos volumes ora licenciados deverá ser objeto de avaliação prévia pelo IAT.
- 10. Quando da Renovação da Licença de Operação apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos PGRS atualizado, conforme estabelece a Resolução CEMA 70/2009, Art. 7º, § 3º, Inciso V e Decreto Estadual 6674/2002, Art. 16.
- 11. No caso de destinação final de resíduos sólidos, deverão ser atendidos os requisitos da Portaria IAP 212/2019 e/ou Resolução CEMA 076/2009, observando a necessidade de solicitação de Autorização Ambiental.
- 12. É obrigatoriedade do empreendimento e de seus responsáveis realizar a emissão de MTR e, quando couber, CDF por meio da Plataforma SINIR para cada remessa de resíduo destinado e/ou recebido durante a vigência da licença ambiental em questão, conforme Portaria MMA nº 280/2020.
- 13. A prestação de informações incorretas ou falsas por meio da Plataforma SINIR, como a inserção incorreta do tipo de destinação efetivamente realizada pelo receptor, está sujeita as sanções previstas no Art. 82 do Decreto Federal nº 6514/2008.
- 14. Quando do requerimento de Renovação de Licença de Operação, ou requerimento de Licença de Operação (Ampliação) deverá apresentar cópia das Declarações de Movimentação de Resíduos (DMR) emitidas pelo Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR).
- 15. Deverá manter anualmente preenchido o Inventário de Resíduos Sólidos por meio da plataforma SGA-IR (sga-ir.pr.gov.br) para todos os resíduos destinados durante o período, conforme Art. 17 do Decreto Estadual nº 6674/2002 e Art. 21 da Portaria IAP nº 212/19.
- 16. O armazenamento temporário de resíduos só será permitido, por prazo não superior a 1 (hum) ano.
- 17. A área de armazenamento temporário de resíduos perigosos e não perigosos deverá atender a NBR 12.235/1992 e NBR 11174/1990.
- 18. O transporte, armazenamento e destinação de resíduos sólidos deverão seguir as recomendações técnicas e legais pertinentes.
- 19. Fica terminantemente proibido o armazenamento de materiais recicláveis (plásticos, vidros, papéis, papelão, latas, alumínio, metais, etc.) a céu aberto no pátio, os quais deverão ser mantidos dentro de local coberto a fim de evitar acúmulo de águas de chuvas, proliferação de vetores, geração de chorume, dispersão de materiais leves pelo vento, etc.
- 20. As águas pluviais incidentes sobre áreas cobertas e impermeabilizadas deverão ser encaminhadas para o respectivo sistema de drenagem, o qual deverá ser completamente isolado de outros sistemas diversos, eventualmente, existentes. Deverá ser dotado também de dispositivos adequados de bloqueio, para que contaminantes e/ou poluentes, quaisquer que sejam provenientes dos outros sistemas citados, obrigatoriamente, permaneçam retidos dentro da área da empresa, inibindo-se assim a possibilidade de poluição ambiental, mediante o escoamento dos aludidos contaminantes e/ou poluentes, através do sistema de drenagem de águas pluviais.

- 21. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.
- 22. Os relatórios de ensaio apresentados aos órgãos ambientais, referentes a quaisquer matrizes ambientais que subsidiem documentos submetidos à apreciação dos mesmos, deverão ser emitidos por laboratórios que possuam o CCL -Certificado de Cadastramento de Laboratórios de Ensaios Ambientais -CCL, emitidos pelo IAT, conforme Resolução CEMA nº 100/2017.
- 23. As alturas das chaminés deverão atender ao disposto pelo Art. 8º da Resolução SEDEST 02/2025.
- 24. As emissões deverão atender os padrões de lançamento estabelecidos pela Resolução SEDEST 02/2025.
- 25. Fica proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material, exceto nos casos definidos no artigo 19 da Resolução SEDEST 02/2025.
- 26. O empreendimento deverá cadastrar seus monitoramentos de emissões atmosféricas através do endereço www.sgadea.pr.gov.br, conforme estabelecido no Art. 91 da Resolução SEDEST 02/2025.
- 27. Salientamos que é responsabilidade dos consultores os planos e testes ambientais apresentados, assim como é responsabilidade da contratante a implantação, implementação, manutenção e operação das medidas e sistemas propostos nesses estudos.
- 28. No controle das condições de lançamento, é vedada, para fins de diluição antes do seu lançamento, a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade.
- 29. No caso de lançamento de efluentes em corpo hídrico deverão ser atendidos aos padrões estabelecidos na presente licença e critérios estabelecidos pela Portaria de Outorga de Lançamento nº 812/2021 GOUT, ou outra que venha a substituí-la, e pelo Anexo 7 (sete) da Resolução CEMA 70/2009.
- 30. No caso de lançamento de efluentes líquidos deverá realizar automonitoramento dos efluentes líquidos, apresentando ao Instituto Água e Terra a Declaração de Carga Poluidora, conforme previsto na Portaria IAP Nº 256/2013.
- 31. Quanto ao Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), o empreendimento deverá atender ao Inciso IV do artigo 3º da Portaria 159/2015.
- 32. É responsabilidade do empreendedor a elaboração e implementação do Programa de Gerenciamento de Risco apresentado.

34. As condicionantes da presente licença poderão ser contestadas num prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da mesma.

33. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.

EM BRANCO EM BRA

Curitiba, 24 de Janeiro de 2025

Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível.

Assinatura do Representante



Digitally signed by IVONETE COELHO DA SILVA CHAVES:45034990920 Date: 2025.01.24 10:38:03 BRT

IVONETE COELHO DA SILVA CHAVES Diretoria de Monitoramento Ambiental e Controle da Poluição





Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST Instituto Água e Terra

23.418.108-4

30/01/2025

30/01/2025

01/06/2025

CRAL - CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO POR PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DE LICENÇA AMBIENTAL

O IAT - Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 23.418.108-4, concede a Certidão de Renovação por Prorrogação Automática de Licença Ambiental nas condições e restrições abaixo especificadas

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO Número da Licença em Renovação

23.418.108-4 RLO - Renovação de Licença de Operação

Modalidade Anterior Data de Vencimento da Licença

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

06.635.659/0001-09 MARGEM COMPANHIA DE MINERACAO

LO-A - Licença de Operação (Ampliação)

Porte Beneficiamento de minerais não metálicos Excepcional

Atividade Específica Produção de cimento

238304

Detalhes da Atividade

Coordenadas UTM (E-N) Logradouro e Número

704379.4 - 7270067.6 Rua Januario Plaster Trannin, 40

Bacia Hidrográfica Município / UF CEP

Ribeira Vila Carumbe Adrianópolis/PR 83.490-000

3. DADOS DA CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

- 1. Em conformidade com a resolução SEMA Nº 006/2019, o IAT Instituto Água e Terra concede a Certidão de Renovação Prorrogação Automática de Licença Ambiental para processos em trâmite e análise técnica dos documentos protocolados pelo requerente.
- 2. O disposto nessa certidão não impede a aplicação de sanções por atos que impliquem no descumprimento das normas ambientais.
- 3. Esta certidão possui validade até 14/11/2025 ou até manifestação do IAT Instituto Água e Terra.

A identificação, a qualquer tempo, de ação judicial ou pendência administrativa impeditiva à Renovação automática da licença, implicará na nulidade da presente Certidão de Renovação por Prorrogação Automática de Licença Ambiental ora emitida com base nas informações prestadas pelo requerente. A presente Certidão de Renovação por Prorrogação Automática de Licença Ambiental não constitui documento hábil para utilização pelo requerente em eventuais defesas judiciais e/ou administrativas, para fins de atestar regularidade de sua atividade, em decorrência da natureza declaratória das informações prestadas pelo próprio requerente.

EW BRANCO	EW BRANCO	EW BRANCO	EW BRANCO	EW BRANCO	EW BRANCO	EW BRANCO
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências ambientais estabelecidas em disposições legais, regulamentares e em normas técnicas aplicáveis ao caso e o sujeita à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades, bem como à autuação e imposição de sanções administrativas cabíveis. O órgão Ambiental poderá, a qualquer momento, invalidá-la caso verifique discordância entre as informações e as características reais do empreendimento. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo órgão ambiental.

Assinatura do Representante do IAP



Digitally signed by EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA:46372164949 Date: 2025.09.15 08:29:18 BRT

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA Gabinete da Presidencia